

SALÁRIOS

Reajuste para auditor e peritos

MP 765 prevê aumento para oito categorias de servidores federais, a um custo de R\$ 3,8 bilhões

Brasília – O governo publicou na edição de ontem do Diário Oficial da União a medida provisória (MP) 765, que prevê reajustes salariais para oito categorias de servidores federais, incluindo auditores fiscais da Receita. Também foi publicada lei com reajuste para defensores públicos da União, comandantes das Forças Armadas e cargos de natureza especial. A medida vai na contramão da decisão anunciada quinta-feira pelo ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Dyogo Oliveira. Ele comunicou a extinção de 4.689 cargos em comissão e

funções de confiança até julho de 2017, como resultado da reforma administrativa. A estimativa é que o corte gere economia de R\$ 240 milhões por ano.

Foram contempladas ainda as carreiras de auditor fiscal do Trabalho, perito médico previdenciário, carreira de infraestrutura, diplomata, oficial de chancelaria e policial civil dos ex-territórios (Acre, Amapá, Rondônia e Roraima). O aumento custará R\$ 3,8 bilhões aos cofres públicos em 2017 e R\$ 11,2 bilhões entre 2016 e 2019.

No caso dos auditores fiscais da Receita, o salário inicial pas-

sará de R\$ 18.296 para R\$ 19.211 em 2017, alcançando R\$ 21.029 em 2019. No final da carreira, poderá passar de R\$ 23.755 para R\$ 27.303 em 2019. Também foi criado um bônus de eficiência que pagará, relativamente aos meses de dezembro de 2016 e janeiro de 2017, R\$ 7.500 para auditores e R\$ 4.500 para analistas. A partir de fevereiro o valor será de R\$ 3 mil para auditores e R\$ 1.800 para analistas, oscilando conforme o cumprimento de metas.

Para os diplomatas, o salário inicial subirá de R\$ 15.005 para R\$ 16.935 em 2017, chegando a R\$ 19.199 em 2019. No fim de car-

reira, esse valor chegará a R\$ 27.369. “Mesmo com o reajuste, as despesas com pessoal ficam estáveis em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), apresentando, inclusive, queda de 4,6% do PIB em 2009 para 4,1% na estimativa para 2017. Em 2018, o estimado é que despesas com pessoal representem 4,1% do PIB”, salientou o Planejamento em nota. Também foi publicada no Diário Oficial lei que autoriza reajuste para defensores públicos da União. O salário inicial passará de R\$ 17.330 para R\$ 22.197 em 2017, chegando a R\$ 24.298 em 2019. No topo da carreira, o vencimento poderá atingir R\$ 30.546.

Anfip vai lutar pela paridade

Brasília – A MP 765 que altera a forma de remuneração dos auditores fiscais da Receita Federal – de subsídio para vencimento básico – e institui o Bônus de Eficiência e Produtividade, concedido integralmente aos ativos, não obedece a paridade constitucional. O alerta é da Associação Nacional dos Auditores da Receita (Anfip). Para a entidade, a MP exclui da percepção do bônus todos os auditores cedidos a outros órgãos. A entidade pretende ingressar com medidas judiciais para garantir conquistas e direitos suprimidos da categoria, em especial a paridade entre ativos e inativos.

A vice-presidência de Assuntos Parlamentares da Anfip já providencia a formulação de emendas que possam corrigir o texto, quando da instalação da comissão mista que deve analisar a matéria no Congresso a partir de fevereiro.

PRAZO FINAL

Desconto do IPVA até dia 2

O prazo final para que os contribuintes paguem o IPVA 2017 com desconto de 27,27% termina segunda-feira. Foram arrecadados até o dia 28 R\$ 382,4 milhões. Já estão quites 528.496 veículos. Para obter desconto máximo, o contribuinte terá de somar as vantagens dos programas do Bom Motorista e Bom Cidadão.

Os condutores que não recebe-

ram multas nos últimos três anos, terão dedução de mais 15%. Para quem não foi multado há dois anos, 10%, e quem ficou um ano sem infrações, redução de 5%. Junto com o IPVA, é possível pagar seguro obrigatório (DPVAT), licenciamento e multas. Banrisul, Bradesco, Itaú, Sicoredi, Banco do Brasil (clientes) e lotéricas recebem o imposto.

SAMUEL MACIEL



Já estão quites com a Receita Estadual quase 530 mil motoristas gaúchos

ISS

Lei taxa Netflix e Spotify

Brasília – A lei que amplia a lista de serviços sobre os quais é cobrado o Imposto Sobre Serviços (ISS) e que fixa em 2% a alíquota mínima foi sancionada e publicada ontem no Diário Oficial da União pelo presidente Michel Temer. A lei afeta diretamente os serviços de streaming de áudio e vídeo, como Netflix e Spotify, Deezer, HBO Go e a novata Amazon Prime Vídeo.

O ISS passa a ser cobrado

também de serviços prestados via Internet, por exemplo, de pacotes de assinaturas que oferecem acesso a filmes, séries e músicas. Livros, periódicos e noticiários ficam livres. A mudança foi uma tentativa do Congresso de acabar com a guerra fiscal entre os municípios, que reduziam a alíquota de ISS para atrair empresas. A lei torna ato de improbidade administrativa a concessão de benefícios fiscais com ISS.

ACORDO DA PETROBRAS

TST não apressa mediação

Brasília – O Tribunal Superior do Trabalho (TST) recusou ontem o pedido de urgência na mediação do acordo coletivo de 2016 da Petrobras. Na prática, a medida significa que o pedido de mediação seguirá o trâmite normal e não será apreciado durante o recesso do Judiciário, que se estende até o fim de janeiro. A Petrobras alegava possível ocorrência de greve.

Na pauta de reivindicações da Federação Única dos Petroleiros (FUP) os trabalhadores pediam reajuste correspondente a 100% do Índice do Custo de Vida do Dieese e aumento real de 5% sobre o salário corrigido, entre outros. Na decisão, o ministro Emmanoel Pereira, presidente em exercício do TST, disse que acatar o pedido de só uma das partes seria inadequado.

Aumento acaba com paralisação

Brasília – O secretário-geral do Sindicato Nacional dos Auditores da Receita (Sindifisco), Cláudio Damasceno, disse ontem que a reivindicação salarial da carreira tributária – que inclui auditores e analistas – foi atendida. Com o reajuste, um dos maiores movimentos da categoria, representada por auditores e funcionários do Fisco, que desde o início de 2016 realizou paralisações e operação padrão em todo o país, está no final.

Cargas se avolumaram nas alfândegas e fiscalizações deixaram de ser feitas, derrubando ainda mais a arrecadação de tributos. “Ainda temos a questão das prerrogativas do cargo de auditor fiscal e outros temas não remuneratórios que pretendemos continuar a discutir com o governo e o Congresso”, disse. Damasceno admite, porém, que a tendência é que as paralisações sejam suspensas.

INDICADORES

Avanço da Bolsa é 1º em 4 anos

Investir na Bolsa foi um bom negócio. A Bovespa não funcionou ontem, mas fechou a quinta-feira com as operações de 2016 em alta de 38,9%, primeiro ano no azul depois de 2012, quando foi registrado avanço de 7,4%. Os 60.227 pontos obtidos na última sessão do ano estão bem acima dos 43.349 de 2015, quando houve perda de 13%.

IBOVESPA (29/12)

Alta de 0,75% (60.227 pontos)

Itaú Unibanco PN	R\$ 33,85
Petrobras PN	R\$ 14,87
Bradesco PN	R\$ 29,00
Ambev ON	R\$ 16,40
Petrobras ON	R\$ 16,94
Vale PNA	R\$ 23,34
BRF SA ON	R\$ 48,25
Vale ON	R\$ 25,68
Itausa PN	R\$ 8,28
Cielo ON	R\$ 27,89
JBS ON	R\$ 11,40
Global 40	921,545 centavos de dólar

+1,11%	●
+0,61%	●
+1,65%	●
+1,05%	●
-0,24%	●
-1,93%	●
+1,24%	●
-3,75%	●
+2,48%	●
+1,20%	●
-0,70%	●
+0,55%	●

CÂMBIO

COTAÇÕES | compra e venda

■ DÓLAR COMERCIAL/BALCAO	29/12: R\$ 3,2510 e R\$ 3,2521
28/12: R\$ 3,2762 e R\$ 3,2775	
■ DÓLAR PARALELO	29/12: R\$ 3,3300 e R\$ 3,4300
28/12: R\$ 3,3600 e R\$ 3,4600	
■ DÓLAR PTAX	29/12: R\$ 3,2585 e R\$ 3,2591
28/12: R\$ 3,2768 e R\$ 3,2774	
■ DÓLAR TURISMO	29/12: R\$ 3,2230 e R\$ 3,4070
28/12: R\$ 3,2500 e R\$ 3,4330	
■ EURO TURISMO	29/12: R\$ 3,3270 e R\$ 3,5900
28/12: R\$ 3,3230 e R\$ 3,5800	
■ OURO BMF	29/12: R\$ 118,00 (-0,18%)
■ TAXAS	
Selic: R\$ 13,75%	
TJLP: 7,5%	

Básica Financeira/Referencial
TBF (29/12 a 29/01): 0,9965%
TR (29/12 a 29/01): 0,1751%

POUPANÇA

31/12: 0,6858%
01/01: 0,6858%
02/01: 0,6922%
03/01: 0,6732%
04/01: 0,7106%
05/01: 0,7271%
06/01: 0,7112%
07/01: 0,7085%
08/01: 0,688%
09/01: 0,6666%
10/01: 0,6766%
11/01: 0,7141%
12/01: 0,7526%
13/01: 0,715%
14/01: 0,715%

SALÁRIOS

Mínimo nacional: R\$ 880,00
Mínimo regional: Valores aprovados no Legislativo em 1º de março (retroativo a 1º de fev.)

1º: R\$ 1.103,66
2º: R\$ 1.129,07
3º: R\$ 1.154,68
4º: R\$ 1.200,28
5º: R\$ 1.398,65

IRPF |

Ano-Calendarário 2015 a partir de abril

■ Isento até R\$ 1.903,98
■ 7,5%, dedução de R\$ 142,80: R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65
■ 15%, dedução de R\$ 354,80: R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05
■ 22,5%, dedução de R\$ 636,13: R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68
■ 27,5%, dedução de R\$ 869,36: Acima de R\$ 4.664,68

CONTRIBUIÇÃO | INSS

Assalariado
Até R\$ 1.556,94: 8%
De R\$ 1.556,95 até R\$ 2.594,92: 9%
De R\$ 2.594,93 até R\$ 5.189,82 (teto): 11%
Autônomo
De 20% do mínimo de R\$ 880,00 (R\$ 176,00) a 20% do teto de R\$ 5.189,82 (R\$ 1037,96)

CESTA BÁSICA | Último mês

■ Dieese (novembro): R\$ 469,04 queda de 1,89% no mês
■ Iepe/Ufrgs (novembro): R\$ 783,48, queda de 0,2%/mês e alta de 10,66%/12 meses

INFLAÇÃO | Índices

Último mês divulgado
IPCA/IBGE (novembro): 0,18%
INPC/IBGE (novembro): 0,07%
IGP-M/FGV (dezembro): 0,54%
Acumulado em 12 meses
IPCA/IBGE: 6,99%
INPC/IBGE: 7,39%
IGP-M/FGV: 7,17%

INCC-M e IGP-DI | FGV

INCC-M (dezembro): 0,36%
Acumulado 12 meses: 6,35%
IGP-DI (novembro): 0,50%
Acumulado 12 meses: 6,77%

Fontes: Agência Estado, BC, Bovespa, Dieese, FGV, Fipec, IBGE, RF, INSS e Ufrgs